

É a História uma ciência?: o problema do fundamento epistemológico do conhecimento histórico em Wilhelm Dilthey (1833 - 1911)

Edmar Luis Da Silva

Wilhelm Dilthey foi um dos pensadores mais originais do século XIX. Influenciou pensadores de bastante importância no final do século XIX e durante todo o XX, como Max Weber, Martin Heidegger, Hans-Georg Gadamer, Jürgen Habermas, Paul Ricoeur, Karl Jaspers, Ortega y Gasset, dentre outros.¹ Dilthey foi, segundo Ortega y Gasset, o pensador mais importante da segunda metade do século XIX, sendo sua teoria a base do pensamento filosófico de todo o século XX.² E. Fueter o chamou de "Newton" dos estudos relativos às ciências do espírito.³ "O debate que ele iniciou interessa a todo aquele que trata de metodologia das ciências humanas. Ele foi o primeiro a conceber uma epistemologia autônoma dessas disciplinas. Ele pôs a questão fundamental da 'crítica da razão histórica'".⁵

Questões importantes fizeram parte de seu trabalho desde o início: *como seria possível estabelecer um conhecimento epistemologicamente fundamentado sobre a experiência histórica? Onde residiria a essência da história e sua diferença das outras ciências? Seria possível estabelecer um saber histórico objetivo?* Esses, dentre outros, compunham o grupo de problemas relativos à correta forma de se acessar a realidade histórica, pois, se de um lado, fazia-se necessária a fundamentação do conhecimento histórico em bases epistemológicas seguras, por outro, a realidade sobre a qual assenta base esse conhecimento é caracterizada justamente pela peculiaridade de não se deixar apreender por conceitos universais, generalizantes e absolutos. Dilthey sabia muito bem dos problemas que deveria enfrentar para se chegar a um conhecimento seguro do mundo histórico. Contudo, dado o tamanho do empreendimento, seguiu com a tarefa até na metade do caminho. Sabia da meta, mas não pôde alcançá-la.

Segundo Michael Löwy⁶, Dilthey foi o autor que melhor formulou a questão acerca da objetividade do conhecimento histórico. Se não alcançou uma resposta plausível, isso se deu

pelos limites conceituais e metodológicos de sua época. No entanto, sabia que sua tarefa iria ser continuada e o problema encontraria outras respostas mais elaboradas. Questionava-se sobre a viabilidade de uma ciência que pudesse compreender a história na sua especificidade. Para ele, o trabalho iniciado pela Escola Histórica Alemã deveria ter continuidade com a elaboração conceitual e epistemológica do conhecimento. Não bastava somente conhecer a história, era necessário estabelecer os meios sob os quais fosse possível a realização de uma disciplina responsável por compreender a dinâmica dessa realidade complexa.⁷ De fato, a questão da objetividade não só na história, como em outras disciplinas das ciências humanas é um problema que ainda espera solução. A necessidade de um ponto fixo que baseie o conhecimento de um lado e o fluir inconstante do tempo, de outro, é um problema recorrente no pensamento ocidental desde Parmênides e Heráclito.⁸

Instigados por essas questões diversos autores se propuseram formular uma resposta segura de fundamentação do conhecimento. Dilthey se insurgiu principalmente contra os metafísicos e os positivistas que não pensavam a autonomia das ciências humanas e insistiam na submissão desse conjunto de disciplinas a outros modelos cognitivos, muitas vezes, a-históricos.⁹

Segundo a teoria positivista, a realidade poderia ser conhecida seguindo-se a mesma lógica das ciências naturais. Nesse sentido, o conhecimento histórico deveria oferecer “explicações causais” e “previsões condicionais”. Trataria de “encontrar uma explicação causal unitária da realidade, colocando em conexão leis naturais independentes e subordinando o espírito à natureza”.¹⁰ Tomaria a realidade de uma maneira natural, externa, fria, mecânica, física e insensível. Porém, no positivismo a relação entre sujeito e objeto é algo prejudicial ao conhecimento, pois o sujeito deve-se manter neutro diante do objeto sem deixar que suas “paixões” prejudiquem a eficácia de seus experimentos. O que garantiria a objetividade do conhecimento histórico seria o distanciamento de seu objeto.¹¹ Por isso, o sujeito só poderia explicar o objeto e nunca compreendê-lo. Compreender significaria contaminar a objetividade

com opiniões, pontos de vista e sentimentos. Isso retiraria a história do campo da ciência e o historiador não faria outra coisa, senão “discurso fantasioso”.

Chegamos aqui no ponto principal da recusa de Dilthey ao positivismo e às concepções naturalistas da história. Segundo ele, o objeto histórico, distintamente da natureza, só pode ser compreendido por um sujeito historicamente condicionado. A relação de sujeito e objeto é empática, necessária e fundamental ao conhecimento. O historiador possui o mesmo atributo de seu objeto: é uma experiência vivida; por isso pode compreendê-lo empaticamente. O ato da compreensão é, por si-mesmo, uma experiência de vida. Aliás, seria a ação mais sublime do agir humano.¹² Assim, mais do que uma operação metodológica, a compreensão garante a especificidade do conhecimento histórico.

Do mesmo modo, os autores metafísicos tentaram formular uma solução plausível ao problema relativo à objetividade do conhecimento histórico. A primeira hipótese metafísica é que, a história teria uma essência e a função do historiador seria a de “desvelar” o sentido de um desenvolvimento histórico. A realidade seria conseqüência da atuação de um “Espírito” que lhe imprimiria uma essência. A complexidade do real, sua diversidade, heterogeneidade e desconexão obteriam inteligibilidade a partir dessa essência. A metafísica, como *filosofia primeira*, abarcaria a natureza do ser. Para a metafísica o vivido é sempre carente de um sentido, por isso necessita de complementos. Estes só poderiam ser dados além da vida.

Contra essa teoria Dilthey escreve: “é salutar não se perguntar sobre as coisas do além-vida”.¹³ Para ele, seria impossível um conhecimento que tivesse por finalidade o alcance das essências. Da realidade, poderíamos apreender somente suas manifestações históricas. Retomando Vico, Dilthey afirma que o sujeito só pode compreender aquilo que criou: a experiência histórica.¹⁴ A História seria um conhecimento possível não porque revela um sentido exterior da vida, mas, pelo contrário, compreende historicamente o sentido interno do qual é portadora, a partir de uma “consciência histórica”, pois “o pensamento não pode ir além da vida”.¹⁵ A conclusão de Dilthey leva esse argumento às últimas conseqüências: “o que a vida

é, só sua história pode dizer”.¹⁶ Por isso, só um conhecimento que tenha consciência de sua própria relatividade histórica poderia compreender a realidade de forma segura.

Assumir a relatividade e a historicidade de toda manifestação histórica ainda não garante uma resposta eficaz ao problema do fundamento: a questão ainda está aberta, pois, como vimos até aqui, Dilthey preocupou-se somente em mostrar quais os pontos falhos do positivismo e do pensamento metafísico, recusando-lhes. O seu objetivo final, no entanto, visava a elaboração de uma “Crítica da Razão Histórica”, isto é, um fundamento seguro e objetivo que desse conta da especificidade e da autonomia do conhecimento. Com a intenção de atingir esse objetivo, Dilthey se propôs escrever uma “Introdução às Ciências do Espírito” que seria composta por três partes: na primeira parte, mostraria que os pressupostos metodológicos do positivismo seriam equivocados e limitados, pois subordinariam as ciências do espírito às ciências naturais, por isso pretendia: “eliminar definitivamente a subordinação dos princípios das ciências humanas e de seus métodos aos das ciências da natureza”.¹⁷ Na segunda, faria uma história fenomenológica da metafísica, destacando a importância da metafísica na formação intelectual do pensamento ocidental. Pois só um histórico minucioso de seu percurso poderia oferecer os elementos para apontar seus erros e limites.¹⁸ Numa terceira parte, trabalharia com o “fundamento positivo” do saber histórico e responderia às suas indagações iniciais.¹⁹ Contudo, essa terceira parte não foi publicada. A “Introdução às Ciências do Espírito” que foi editada no ano de 1883, trazia somente as duas primeiras partes. Mais de 30 anos se passara desde que Dilthey se indagou pela primeira vez sobre o fundamento das “ciências do espírito” e a questão ainda aguardava uma solução.

Ao longo de sua vida, Dilthey nunca abandonou o problema, mas as respostas dadas à ele foram distintas e múltiplas. Em suas obras de juventude estava convencido de que seria a psicologia este fundamento seguro. Dizia “... o ponto de partida da teoria do conhecimento reside numa psicologia verdadeiramente descritiva, que inclua também o conteúdo dos fatos psíquicos. Dita psicologia fundamentará tanto a estética, a ética, como a teoria da ciência”.²⁰ A

psicologia seria um fundamento inquestionável destas ciências, pois lida diretamente na origem das ações dos indivíduos: na vida anímica. No entanto, ela não é um fundamento suficiente, pois encontra limites para compreender o mundo exterior ao indivíduo. Ela analisa a captação interna da realidade pelo sujeito, mas se limita a isso. O mundo acaba por se submeter ao sujeito do conhecimento e perde quaisquer possibilidades de objetivação.

Em busca dessa objetividade, Dilthey aproxima-se do terreno da história que amplia o universo do sujeito, relacionando-o com o mundo. Todos indivíduos são componentes de uma realidade histórica dada e só podem ser compreendidos dentro desse mundo. O que permite a investigação histórica é a consciência da perecibilidade e efemeridade de todo objeto. O problema surge no fato de que a história, como era concebida e praticada no século XIX, submetia o sujeito à uma posição “coadjuvante” da realidade humana. A Estrutura Histórica, a Nação, o Estado e a Sociedade eram generalizações limitadoras da iniciativa do sujeito. Era preciso pensar a história de uma outra forma.²¹

A questão inicial ganha outros elementos e se amplia; assim, perguntamo-nos: como conciliar “a relatividade do agir humano” com “a necessidade de um conhecimento universalmente válido?” Qual o desdobramento possível da relação dessas duas vertentes com a mudança de perspectiva do conhecimento histórico observada nos últimos tempos? Nas palavras do historiador Astor Diehl: “(...) como resgatar a unidade sintética que suporta a inteligibilidade universal, própria do conhecimento plausível, quando os objetos do conhecimento são individualidades, cuja natureza está, exatamente, na resistência à subsunção por categorias uniformizantes ou totalizantes?”²²

A nossa hipótese é que Dilthey procura integrar essas duas dimensões: o geral e o particular. Em sua obra vê-se a influência de duas correntes de pensamento distintas que possibilitam essa relação: o romantismo e o iluminismo. O romantismo propõe a necessidade de um olhar particularizante e singularizante da história. A vida singular, particular, irrepitível e, por vezes, trágica é o seu objeto. Já o iluminismo preocupa-se com o fundamento do

conhecimento. É generalizante e universalizante. A necessidade de um caráter científico para a história em Dilthey, teria nessa influência, a sua origem. A posição de Dilthey antecipa os debates atuais. A problematização sobre a objetividade do conhecimento histórico tem se acirrado nos últimos anos, principalmente devido as críticas de Hayden White (e da historiografia pós-estruturalista) ao modelo epistemológico adotado pela historiografia no século XX.

Para White, a narrativa é a forma explicativa *sui generis* do vivido e, por conseguinte, é o fundamento da história, como tal, prescinde de quaisquer discussões acerca da cientificidade do conhecimento histórico. O projeto “cientificista” do século XIX é visto como inocente, improdutivo e limitado. A explicação científica do passado seria a concatenação de fatos que ganham sentido segundo leis causais como efeitos de forças mecânicas. A história deve discutir agora não sua objetividade, mas o que de fato ela é: um constructo narrativo elaborado pelo historiador, um “artefato literário”.²³ A história é tributária da subjetividade do historiador. “(...) na história o que é trágico de uma perspectiva é cômico de outra”.²⁴ O historiador utiliza-se de uma linguagem figurativa, pois não tem um sistema terminológico-formal para sua disciplina; de outra maneira, o cientista utiliza uma linguagem técnica, pois ele mesmo elabora seu objeto, podendo manipulá-lo com experimentos mensuráveis, mas impedido do uso de elementos literários, pois seus conceitos estão previamente determinados.²⁵ Segundo White, a crise identitária pela qual a história passa, se deve, em grande medida, a uma preocupação excessiva de aproximá-la da ciência. Nas suas palavras: “(...) a história enquanto disciplina vai mal atualmente porque perdeu de vista as suas origens na imaginação literária. No empenho de parecer científica e objetiva, ela reprimiu e negou a si própria sua maior fonte de vigor e renovação”.²⁶

A discussão acerca da objetividade do conhecimento histórico nessa perspectiva, portanto, parece não ter mais sentido, pois a aproximação da história com a teoria literária prescindiria desse tipo de debate. Por isso, nos perguntamos: *como seria possível então, nos dias de hoje, propor uma discussão que trate da objetividade da História? Como falar de uma*

Ciência Histórica no momento de uma possível crise da Razão Histórica? É possível instituir um conhecimento objetivamente orientado no momento em que o referencial temporal parece se perder pela velocidade da obsolescência dos fatos históricos?

Nossa teoria é a de que todas essas questões, de uma forma ou de outra, tratam e questionam o estatuto epistemológico da história. Os historiadores têm-se questionado a respeito da identidade do conhecimento que praticam. Porém, as coisas nem sempre foram assim. Durante todo o século XX faltou trabalho teórico que se dedicasse sistematicamente ao problema. Predominou nos grandes centros de pesquisas históricas no Brasil, até recentemente, uma atitude deliberadamente anti-teoricista. Hoje, contudo, a situação tem mudado: “(...) além dos trabalhos especificamente teóricos ou historiográficos, também é possível detectar na produção de conteúdo histórico um relativo distanciamento do antiteoricismo que prevaleceu no final dos anos 1980”.²⁷

Dilthey antecipa algo que ainda repercute na historiografia atual. Para ele, discutir a cientificidade da história é trabalho de todo historiador. Mesmo sem saber, o historiador ao operacionalizar métodos, conceitos, fontes, linguagem etc., numa narrativa histórica, utiliza-se de uma racionalidade específica: a histórica. A natureza dessa “Razão Histórica” só se tornará inteligível na discussão sistemática desse conhecimento que a opera. Dilthey não se isentou de posições: levantou o problema e propôs caminhos. Para o que nos interessa, elaborou uma metodologia própria da história ainda carente de estudos.

Segundo ele o sentido da história é atualizado na relação parte-todo que é operacionalizado através do percurso compreensivo (Verstehen). Reside aqui, na nossa hipótese, um caminho para solucionar o problema apontado previamente. Dilthey elabora o método **histórico-hermenêutico**. Este seria o fundamento epistemológico da ciência histórica, pois toma como base a relação das categorias Experiência Vivida (Erlebnis), Compreensão (Verstehen) e Expressão (Ausdruck). Tal método “estuda o complexo processo que vai do compreender à vivência pelo caminho da expressão; classifica as expressões científicas que se

manifestam em conceitos, juízos e elaborações racionais, as objetivações de vivências na religião, a arte, a filosofia, e todas as manifestações permanentes do espírito objetivo."²⁸ O método compreensivo diretamente interligado ao pensamento histórico é, portanto, uma síntese metodológica, gnosiológica e lógica de outros fundamentos, conseguindo conectar aspectos subjetivos e objetivos necessários ao conhecimento. Pela compreensão o historiador pretende apreender o sentido da vida no tempo. A compreensão do movimento histórico tem a função de restabelecer a parte ao todo e vice-versa. A hermenêutica como fundamento do conhecimento histórico só será possível se puder compreender o espírito do tempo de cada época, a singularidade de cada momento histórico.²⁹ Cumprida tal tarefa a história encontraria aí sua base epistemológica.

¹ Para ver mais consultar: LÖWY, Michael. *Historicismo*. In: Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Córtez Editora, 1985. REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a Autonomia das Ciências Histórico-Sociais*. Londrina: EDUEL, 2003. RICKMAN, H. P. *Dilthey Today: a critical appraisal of the contemporary relevance of his work*. New York: Greenwood Press, 1988.

² ORTEGA y GASSET, J. *Kant. Hegel. Dilthey*. Madrid: Revista de Occidente, 1958.

³ APUD. RICKMAN, H. P. *Wilhelm Dilthey: Pioneer of the Human Studies*. Berkeley: University of California Press, 1979. p. 1.

⁴ Op. Cit. Reis, 2003, p. 27.

⁵ Op. Cit. Löwy, 1985.

⁶ DILTHEY, Wilhelm. *Introduction a las Ciencias del Espiritu*. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.

⁷ PUCCIARELLI, Eugenio. *Introduction a la Filosofía de Dilthey*. In: Wilhelm Dilthey: La Esencia de la Filosofía. Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 1952.

⁸ Idem. Dilthey, 1949.

⁹ Ibidem. Dilthey, 1949, p. XXII.

¹⁰ REIS, José Carlos. *A História Entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

¹¹ Ibidem. Dilthey, 1949.

¹² Op. Cit. Dilthey, 1949; Cerío, 1958.

¹³ Idem. Reis, 1999.

¹⁴ Ibidem. Dilthey, 1949, p. XIX; 1992.

¹⁵ Ibidem. Dilthey, 1949, p. XXV.

¹⁶ Ibidem. Dilthey, 1949, p.110.

¹⁷ Dilthey, 1949; Reis, 2003; Espí, 1986.

¹⁸ Rickman, 1979; Imaz, 1978.

¹⁹ Dilthey, Wilhelm. *Crítica de la Razón Histórica*. Barcelona: Ediciones Península, 1986. p. 91.

²⁰ Ibidem. Dilthey, 1949.

²¹ DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002. p. 59.

²² WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1992.

²³ Op. Cit. White, 1992, p.101.

²⁴ Idem. White, 1992.

²⁵ Ibidem. White, 1992, p. 116.

²⁶ FICO, Carlos. POLITO, Ronaldo. *A Historiografia Brasileira nos Últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica*. In: Jurandir Malerba. *A Velha História: método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. p. 36/7.

²⁶ Op. Cit. Pucciarelli, 1952, p. 53

²⁷ Para ver mais, consultar: Dilthey, 1949; Pucciarelli, 1952; Imaz, *El Pensamiento de Dilthey*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978; Diehl, 2002.